



REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_ /2023

Requer o envio de expediente ao Governador do Estado do Tocantins, com cópia para a Secretaria da Administração (SECAD) para a Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (ATR), solicitando ***estudo técnico para a realização de concurso público e a criação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) próprio da Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (ATR), dentro de suas especificidades.***

O Deputado que o presente subscreve, vem, nos termos regimentais desta Augusta Casa de Leis, REQUERER o envio do expediente ao Excelentíssimo Governador do Estado do Tocantins, com cópia para a Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura - AGETO, solicitando **ESTUDO TÉCNICO PARA A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO E A CRIAÇÃO DO PLANO DE CARGOS, CARREIRA E REMUNERAÇÃO (PCCR) PRÓPRIO DA AGÊNCIA TOCANTINENSE DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS (ATR), DENTRO DE SUAS ESPECIFICIDADES.**

#### JUSTIFICATIVA

O presente requerimento tem como objetivo solicitar estudo técnico para a realização de concurso público e a criação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) próprio da Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (ATR), dentro de suas especificidades.



(63) 99248-7052



gab.marcusmarcelo@gmail.com



Praça dos Girassóis | CEP 77.001-902 | Palmas - TO



@marcusmarcelotocantins



marcusmarceloto



Um dos pontos levantados pela audiência pública que debateu a revisão das tarifas da empresa concessionária de água BRK, realizada no dia 23 de novembro nesta Casa de Leis, foi a deficiência do quadro de servidores da ATR.

Além do baixo orçamento destinado para a autarquia, o número de servidores é insuficiente, a exemplo da fiscalização dos serviços prestados pela concessionária que é realizado por apenas quatro servidores.

Outrossim, além de aumentar o quadro de servidores é necessário que sejam habilitados para atuar na área. Na regulação é necessário, principalmente, de economistas, contadores e engenheiros (civil/ambiental/sanitarista), além de analistas com formação em direito, especificamente com conhecimento de direito regulatório.

Para atender a fiscalização em saneamento e análises da água são necessários técnicos em Saneamento, técnicos em meio ambiente, técnicos em química, além de engenheiros (civil/ambiental/sanitarista) e biólogos.

A regulação é um importante instrumento de política, que de forma estratégica fomenta e fiscaliza a universalização dos serviços de saneamento básico, serviço este essencial à qualidade de vida da população. Para isso deve haver um quadro de servidores técnicos, com capacidade de realizar análises e estudos essenciais.

Assim, devido a importância da matéria, requeiro apoio aos Nobres Pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala de Sessões da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, 29 de novembro de 2023.

**MARCUS MARCELO DE BARROS ARAÚJO**  
Deputado Estadual – PL